



PROPOSTA N.º 866 - P/2015

Considerando que:

1. Os municípios têm património e finanças próprias, gozando de autonomia financeira para suportar as despesas decorrentes do exercício das suas competências e a prossecução das suas atribuições;
2. Esta autonomia implica a existência de receitas próprias, das quais se pode destacar o produto resultante do lançamento de derrama, tal como previsto na alínea b) do art.º 14º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro – Regime Financeiros das Autarquias Locais;
3. Segundo o n.º 1 do art. 18º da referida Lei, *“os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território”*;
4. Segundo o n.º 4 do art. referido no ponto anterior *“a assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150 000”*;

Reunião de

27 OUT. 2015

Docº Agendado com o

Nº R.EXT.22



5. A matriz empresarial do concelho é essencialmente constituída por micro empresas, muitas delas de natureza familiar, cuja sustentabilidade é desejável assegurar;

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere:

6. Ao abrigo do n.º 1 do art. 18º da Lei 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais, propor à Assembleia Municipal que delibere sobre o lançamento de uma derrama de **1,5%** sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), do ano de 2015, respeitantes ao rendimento gerado na circunscrição territorial do município de Sintra, **para empresas que tenham tido um volume de negócios superior a € 150 000;**
7. Ao abrigo do n.º 4 do art. 18º da Lei 73/2013 de de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais, e do n.º 2 do art. 16º da mesma Lei, propor à Assembleia Municipal que delibere sobre a **isenção** de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), do ano de 2015, respeitantes ao rendimento gerado na

circunscrição territorial do município de Sintra, para empresas que tenham tido um volume de negócios inferior ou igual a € 150 000.

Paços do Concelho de Sintra, 21 /10/ de 2015

O Presidente

h. p.

(Basílio Horta)



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



Reunião de

17 OUT. 2015

Costo Agendado com o
nº R.EXT.22